

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia PODER JUDICIÁRIO SEGUNDA TURMA  
RECURSAL – PROJUDI PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01,  
SALVADOR – BA ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br – Tel.: 71  
3372-7460 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA 2ª TURMA RECURSAL  
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS PROCESSO Nº  
0002201-49.2021.8.05.0022 RECORRENTE: GETULIO VARGAS GOMES DA FONSECA  
FILHO RECORRIDO: ACORDA CIDADE PUBLICIDADES E EVENTOS RELATORA: JUÍZA  
MARIA LÚCIA COELHO MATOS RECURSO INOMINADO. CÍVEL. MATÉRIA  
JORNALÍSTICA. ALEGAÇÃO AUTURAL DE OCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS DECORRENTES  
DE REPORTAGEM JORNALÍSTICA VINCULANDO SEU NOME À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE  
TERIA COMETIDO VÁRIOS CRIMES. DEFESA PAUTADA NA AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO,  
TENDO A NOTÍCIA DIVULGADA EM CONTEÚDO MERAMENTE INFORMATIVO, IMPARCIAL E  
DE INTERESSE PÚBLICO. LIBERDADE DE IMPRENSA. GARANTIA CONSTITUCIONAL.  
INEXISTÊNCIA DE ABUSO DE DIREITO OU MÁ-FÉ. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS,  
ANTE A AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS. IMPROCEDÊNCIA DO  
PEDIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Dispensado  
o relatório nos termos do artigo 46 da Lei n.º 9.099/95. Trata-se de  
recurso inominado interposto em face da sentença que julgou improcedente o  
pedido. Presentes as condições de admissibilidade do recurso, dele  
conheço. V O T O: A sentença hostilizada não demanda reparos,  
merecendo confirmação pelos seus próprios fundamentos, servindo de acórdão  
a súmula do julgamento, conforme determinação expressa do art. 46 da Lei  
nº 9.099/95: O julgamento em segunda instância constará apenas da ata,  
com indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte  
dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos seus próprios fundamentos,  
a súmula de julgamento servirá de acórdão. Pelas razões expostas e  
tudo mais constante dos autos, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO AO  
RECURSO, para manter a sentença fustigada pelos seus próprios fundamentos,  
condenando a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários  
advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa,  
ficando suspensa sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do  
CPC. MARIA LÚCIA COELHO MATOS JUÍZA RELATORA